



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

## Número 139 - Fevereiro 2009

### NOSSA OPINIÃO

- [Duplo discurso: a linguagem das negociações climáticas](#)

### COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Colômbia: mineração militarizada atropela direitos ancestrais de comunidades Embera e afro-colombianas do Chocó](#)
- [Índia: corrente humana para defender as montanhas de Niyamgiri da mineração](#)
- [Libéria: um país que rumo para o desastre - indústria madeireira apresenta reabertura](#)
- [Malásia: sedimentação de rio devido ao desmatamento que origina graves enchentes em Sarawak](#)

### COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Brasil: as plantações da Veracel, a usurpação certificada](#)
- [Brasil: a racionalidade privada no curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa](#)
- [Indonésia: criminalização de líder social em benefício de empresa dendecultora](#)
- [Paraguai: camponeses podem enfrentar o avanço de eucaliptos em suas terras com base na experiência dos irmãos brasileiros](#)
- [Uruguai: uma nova redistribuição de terras... em favor das empresas florestais](#)

### O NEGÓCIO DA MUDANÇA CLIMÁTICA

- [Banheiras, florestas, comércio de carbono e mudança climática](#)

## NOSSA OPINIÃO

### - Duplo discurso: a linguagem das negociações climáticas

Uma das conseqüências da mudança climática é o aumento e o agravamento dos fenômenos naturais tais como secas, enchentes e tormentas. Para piorar a situação, as conseqüências da atual mudança climática induzida pelo homem tomam-se ainda mais graves devido às várias atividades destrutivas, entre as quais salientaremos duas: o desmatamento e as plantações de monoculturas de árvores.

Mesmo as fortes chuvas serem fatos naturais nos trópicos, a atual enchente no estado malásio de Sarawak pode ser atribuída às enxurradas decorrentes da mudança climática. Contudo, é preciso salientar que o governo de Sarawak vem promovendo, por mais de duas décadas, a destruição das florestas de Sarawak ao apoiar a

atividade madeireira em escala industrial. Apesar da forte oposição local organizada com o apoio de ONGs internacionais contra a extração madeireira- a “Campanha Sarawak”-, os interesses corporativos predominaram e a maior parte das florestas primárias de Sarawak desapareceu. Em consequência, as florestas deixaram de cumprir seu papel como reguladoras da chuva, a erosão dos solos aumentou, o leito dos rios subiu devido à sedimentação, e as inundações decorrentes devastaram o sustento e a vida das comunidades locais (vide detalhes no artigo correspondente neste boletim).

De forma similar, as secas são um fenômeno natural no Uruguai, e alguns atribuem a culpa à mudança climática pela duração da atual seca. Não obstante, as políticas florestais do governo que promovem o estabelecimento de plantações de monoculturas de eucaliptos e pinheiros têm, sem dúvida nenhuma, um papel importante na atual crise da água. Vastas extensões de plantações de árvores de crescimento rápido estão agora absorvendo enormes volumes de recursos hídricos já escassos, e assim os impactos da seca tornam-se mais graves (vide mais detalhes no artigo correspondente deste boletim). Como no caso de Sarawak, o governo uruguaio escolheu ignorar a oposição nacional – neste caso, às plantações- e em seu lugar apoiou o estabelecimento de plantações por parte de empresas estrangeiras tais como a finlandesa Botnia, a americana Weyerhaeuser, a espanhola Ence e a sueco-finlandesa Stora Enso.

Os dois exemplos anteriores de jeito nenhum são exceções e casos semelhantes podem ser facilmente encontrados em muitos países que enfrentam impactos tanto do desmatamento quanto daqueles vinculados à expansão de plantações de árvores de crescimento rápido- ou os dois.

Ao relacionarmos este tipo de situações com as negociações internacionais sobre a mudança climática, a lamentável conclusão é que elas estão sendo desenvolvidas em uma linguagem tão cínica que só pode ser denominada de duplo discurso.

Os governos concordam, de forma unânime, em afirmar que a mudança climática é um fato e que precisa ser abordado, tanto internacional quanto localmente. Também concordam em afirmar que os combustíveis fósseis e o desmatamento são as duas causas principais da mudança climática. Falam sobre mitigação, compensação e adaptação. E depois, ou não fazem nada ou fazem o contrário do que precisa ser feito.

Em vez de declarar a extração de combustíveis fósseis como uma atividade criminosa, continuam extraindo as fontes existentes e fazendo prospecções à procura de novos depósitos de gás e petróleo. Em vez de declarar ilegal o desmatamento em larga escala, discutem vias complexas de fazer negócio com a conservação florestal enquanto continuam destruindo as florestas. Em vez de visar o preparo de seus povos para lidar da melhor forma com a mudança climática- que impacta desproporcionalmente sobre a população pobre, as mulheres e outros setores desfavorecidos da sociedade- envolvem-se em atividades como o desmatamento e as plantações de árvores que esgotam os valiosos recursos necessários para a adaptação futura- tal como a água.

Há sete anos, durante a Conferência sobre Mudança climática celebrada em Delhi, um líder religioso indiano – Swami Agnivesh – enfrentou o duplo discurso do governo com a pura verdade: “Você acha que está enganando quem? Vocês estão enganando seus filhos; vocês estão enganando seus netos.”

Aquelas palavras permanecem hoje tão verdadeiras quanto naquele momento.

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### **- Colômbia: mineração militarizada atropela direitos ancestrais de comunidades Embera e afro-colombianas do Chocó**

O Chocó biogeográfico é uma região neotropical (isto é, inclui as maiores florestas tropicais) cuja alta pluviosidade, condição tropical e isolamento têm contribuído para ser a mais diversa do planeta. Na Colômbia abrange a Região Costa Pacífica e, entre outros, o departamento do Chocó, localizado entre as Selvas do Darién e as bacias dos rios Atrato e San Juan.

Lá, durante séculos, têm habitado as comunidades indígenas Embera e as comunidades negras da bacia do rio Jiguamiandó, que hoje estão ameaçadas por um projeto de mineração. Em 2005, o governo colombiano outorgou à empresa americana Muriel Mining Corporation uma concessão por 30 anos para extrair cobre, ouro, molibdênio e outros minerais (projeto mineiro Mandé Norte) em uma extensão que inclui 11.000 hectares de território indígena e afro-colombiano nos municípios de Murindó (Antioquia) e Carmen del Darién (Chocó). A região já sofreu a violência de diversas operações do exército colombiano apoiado por grupos paramilitares, que geraram deslocamentos contínuos em comunidades indígenas e afro-colombianas.

Em 2008, o Tribunal Permanente dos Povos julgou e condenou a empresa Muriel Mining, “Pela violação da autodeterminação, a cultura e a cosmovisão das comunidades indígenas, afro-descendentes e mestiças. Pelos benefícios decorrentes da execução sistemática dos crimes que, nos últimos dez anos, as estruturas militares e paramilitares têm cometido nas áreas do Baixo Atrato e do Urabá, para explorar e comercializar as reservas de cobre e os subprodutos de ouro e molibdênio” (<http://www.sicsal.net/articulos/node/631>).

Desde finais de 2004, a Muriel Mining tem penetrado de forma inconsulta na região, com a anuência do Estado e o governo colombiano- fato que tem sido sistematicamente denunciado pelos Povos Indígenas e as comunidades afro-colombianas.

No início de janeiro deste ano, pessoal da empresa mineradora entrou no Cerro Cara Perro, ou Ellausakirandarra, local sagrado e de tradições espirituais dos povos ancestrais e comunidades locais cuja denúncia refere ao fato de a empresa não ter realizado a devida consulta para entrar em seu território, em clara violação da Constituição Colombiana de 1991, a Convenção 169 da OIT e a Lei Nacional 70 de 1993.

A realização do projeto coloca em risco a sobrevivência das comunidades, pois a mineração implicará a poluição dos rios Jiguamiandó e Murindó, a destruição de fauna e flora, e a proibição de usar os recursos naturais por parte dos moradores ancestrais.

A região tem sido fortemente militarizada por unidades do exército colombiano, que visa controlar o território e proteger a mineração colocando-a por cima dos direitos dos moradores tradicionais e legítimos do território. O governo justifica sua decisão com base na realização de seis reuniões com supostos representantes indígenas.

Por sua vez, as comunidades de Alto Guayabal, Bachidubi, Bella Flor, Cañaverál, Caño Seco, Koredó, Coredocito, Guaguay, Isla, Lobo, Nueva Esperanza, Pueblo Nuevo, Puerto Lleras e Urada se mobilizaram para deter a empresa mineradora, contando com o apoio de representantes de organizações de direitos humanos. As comunidades afetadas pelo Projeto Mandé Norte rejeitam as reuniões que o governo colombiano apresenta como consulta devido a que foram realizadas através da Direção de Etnias do Ministério do Interior e da Justiça. Denunciam que delas participaram somente algumas das comunidades da região, e com isso não foi respeitado o princípio de representatividade nem o consentimento pleno e devidamente informado dos interessados, contemplado na Convenção 169 da OIT.

Por isso, as autoridades indígenas anunciam que, “com a força da Mãe Terra e nossos espíritos, desde meados de janeiro, nós- mais de 700 índios-, realizamos um exercício de reconhecimento e controle territorial na comunidade de Coredocito, local em que está sendo construído um acampamento localizado a umas 3 horas da comunidade”. (1)

De 24 a 28 de fevereiro de 2009, as comunidades irão realizar uma Consulta pela Defesa de seu território em um processo de decisão interna em que preferirão sua posição as mulheres, os anciãos, os homens e os jovens de mais de 14 anos para decidirem se admitem ou não a empresa mineradora em seus territórios. A instância contará com a fiscalização nacional de organismos sociais, de direitos humanos, ambientais e internacionais da sociedade civil, que participarão como observadoras/es e garantes do processo.

A ONIC exclama: “O ouro não é necessário para nós vivermos, o milho e o patachuma (banana) sim!, Portanto, Vamos beber chicha, vamos semear milho, FORA AS MULTINACIONAIS DO PAÍS!, Fora a Muriel Mining Corporation dos territórios indígenas e afro-colombianos!”

*Para apoiar o protesto dos índios Embera e moradores afetados pela Muriel Mining, a organização Salva a Selva organiza uma campanha que pode ser aderida através de sua página web <http://www.salvalaselva.org/protestaktion.php?id=346>*

(1) “La Muriel Mining Coporation, atropella y desconoce las autoridades indígenas en la mina Cerro Carra de Perro”, declaração da ONIC, em Notícias de Censat, Agua Viva, <http://www.censat.org/noticias/2009/2/6/La-Muriel-Mining-Coporation-atropella-y-desconoce-las-autoridades-indigenas-en-la-mina-Cerro-Carra-de-Perro/>

## **- Índia: corrente humana para defender as montanhas de Niyamgiri da mineração**

As montanhas de Niyamgiri, em Orissa, um extraordinário local de beleza natural com uma altura de mais de cem metros, albergam uma das florestas úmidas mais prístinas e densas na região e as nascentes do rio Vamshadhara e dos principais afluentes do rio Nagaveli. É também o local mais sagrado dos Dongria -literalmente 'povo da montanha'-, uma minguada parte dos Kondh, que têm habitado as florestas do leste da Índia durante vários milhares de anos.

Os Dongria Kondh dependem da montanha para seu sustento: cultivam as ladeiras com lavouras no meio da floresta. As hortas no alto das encostas exigem um trabalho duro; um homem pode levar 10 dias lá para proteger as valiosas lavouras dos elefantes, javalis e macacos ladrões, afastando-os com canções tribais e batidas de tambores. Eles obtêm uma receita da venda no mercado local de frutas silvestres, flores e folhas coletadas na floresta.

A floresta de Niyamgiri é ecologicamente vital para todo o ecossistema montanhoso já que possibilita a existência de inúmeros cursos d'água e de exuberantes florestas que sustentam os Dongrias e permitem seu desenvolvimento. A montanha também tem ricos depósitos de minério de alumínio- o que se tornou uma maldição para a montanha e para os povos que dela dependem já que seu futuro está em jogo devido aos interesses da mineração.

O repórter Peter Foster (1), que visitou o povoado dos Dongria e ouviu suas reclamações, escreveu que "a escavação das Niyamgiris será uma catástrofe social e ambiental, dizem, porque destrói os rios e arroios dos quais dezenas de milhares de pessoas dependem para irrigarem suas lavouras, polui os rios com a tóxica 'lama vermelha' que é um subproduto da fabricação do alumínio e- ainda mais importante, conforme os antropólogos- extermina os Dongria Kondh, que veneram suas montanhas sagradas às quais deram o nome de seu deus, Niyamraja."

A mineração nas montanhas de Niyamgiri pode representar um genocídio para os Dongria. Conforme o antropólogo Felix Padel, citado por Peter Foster, "Os Dongria são um povo de montanha, reassentá-los na planície é uma forma de etnocídio. Eles vivem nas montanhas, eles veneram as montanhas, eles sobrevivem das montanhas. As montanhas de Niyamgiri não são apenas um local para os Dongria viverem, mas sim a própria essência do que eles são. Reassentá-los é destruí-los.' Um ancião do povoado visitado pelo repórter disse: 'Não podemos ir embora. As montanhas são o que nós somos'

O destino de um povoado Dongria reassentado- Sakata- assoma como uma triste premonição. Foster explica que as pessoas receberam casas de concreto e terras para cultivarem lavouras, "mas ainda não fizeram nada com o presente do governo. Quase todos os homens do povoado morreram em decorrência de beberem o forte licor local, que é muito mais forte que o vinho de sagu próprio de sua tradição. Um

assistente social local disse, ‘Acabado o vínculo com a floresta, os homens do povoado receberam dinheiro suficiente como jornaleiros para beberem até a morte’”

Mesmo que a Corte Suprema tenha proibido a Vedanta- empresa majoritariamente nas mãos do bilionário indiano que reside em Londres Anil Agarwal- da mineração nas montanhas, a avidez por matéria-prima levou à empresa a acolher a Sterlite Industries, subsidiária indiana da Vedanta. Em agosto de 2008, a Sterlite ganhou luz verde para a extração nas terras altas dos Dongrias seguindo determinadas diretrizes.

A empresa tentou construir estradas até o local. Contudo, no dia 27 de janeiro, os Dongria e outras tribos Kondh embrenharam-se nas densas florestas a fim de criar um muro humano de 17 km de longitude ao pé da montanha de Niyamgiri para bloquear as estradas e afastar a empresa inglesa da montanha sagrada.

Conforme a Survival International, algumas notícias apresentaram um número de mais de 10.000 homens e mulheres da área de Niyamgiri em Orissa que participaram do protesto. Os lemas dos cartazes que os manifestantes levavam eram ‘Vedanta, vá embora’ e ‘Chega de mineração em Niyamgiri’.

Foi a segunda maior passeata em dez dias: no dia 17 de Janeiro mais de 7.000 manifestantes se dirigiram aos portões da refinaria de alumínio da Vedanta na cidade vizinha de Lanjigarh. (2)

Se a mina vingar, a totalidade de um mundo antigo pode ser destruído. Foster cita Bijaya Kumar Baboo, que tem trabalhado com as tribos de Orissa desde a escassez de arroz na década de 80: “Os Dongria têm vivido de tão pouco durante tanto tempo sem destruir seu mundo. E, mesmo assim, nós estamos destruindo nosso mundo a um ritmo insustentável. Antes de os Dongria deixarem de existir, não deveríamos perguntar-nos se temos alguma coisa para aprender deles?”

*Está sendo organizada uma campanha pela Survival International para apoiar os Dongria Kondh tanto através de carta encaminhada ao Primeiro Ministro da Índia, aos congressistas locais, à embaixada da Índia mais próxima, e/ou através de doações para sua campanha (vide <http://www.survival-international.org/news/4152>)*

(1) Mineração em Orissa ameaça a tribo Dongria Kondh , Peter Foster, Telegraph Media Group, <http://www.telegraph.co.uk/earth/environment/3340194/Mining-in-Orissa-threatens-Dongria-Kondh-tribe.html>

(2) Tribo forma Corrente humana para manter companhia inglesa longe de montanha sagrada, 29 de janeiro de 2009, Survival International, <http://www.survival-international.org/news/4152>

[início](#)

---

## **- Libéria: um país que ruma para o desastre - indústria madeireira apresenta reabertura**

As florestas da Libéria acalentam uma grande promessa para seu povo, mas a promessa está evaporando rapidamente já que o governo liberiano malversa esse

valioso recurso. O governo está concedendo contratos errôneos de exploração madeireira, os direitos comunitários estão sendo espezinhados e as organizações da sociedade civil estão sob ameaça de censura por manifestarem o que pensam.

## **Erros rumo ao Desastre**

Em um esforço por acabar com a história sangrenta do país vinculada à exploração dos recursos naturais, o governo liberiano decretou uma nova lei florestal em 2006. A lei prometia um novo processo participativo para identificar as áreas potenciais das novas concessões, e processos transparentes na pré-qualificação das empresas madeireiras e no oferecimento de novas concessões. Infelizmente, em palavras do Painel de Especialistas das Nações Unidas, a Autoridade para o Desenvolvimento Florestal na Libéria (FDA) “com frequência não está ciente das exigências legais ou não é capaz de cumpri-las.” (2)

Assim, foram concedidos vários contratos de exploração madeireira em descumprimento das leis (3), em favor de empresas madeireiras com capacidades técnica e financeira não provadas e patrocinadores financeiros dos que é sabido muito pouco. Ao habilitar algumas empresas para licitar, o governo errou porque não estabeleceu os padrões adequados e assim não inabilitou empresas com impostos pendentes de pagamento e outras que não poderiam satisfazer suas obrigações caso obtivessem os contratos.

As três empresas que ganharam os três maiores contratos não deveriam ter obtido os contratos se as autoridades florestais tivessem aplicado a lei. Por exemplo, a Libéria Tree and Trading Company (LTTC) dívidas fiscais na hora em que foi pré-qualificada. E ainda não tinha cumprido suas obrigações fiscais quando concorreu pelos contratos (4); descumprindo a lei mais uma vez. Durante a avaliação das licitações a empresa entrou em contato com o painel de avaliação das licitações “solicitando ao Painel que adiasse seu relatório final por uma semana para poder quitar a dívida fiscal com o Ministério das Finanças” (5); o Presidente do Painel de Avaliação das Licitações informou o painel que isso era uma violação da lei (6). Os proprietários da segunda empresa, a Alpha Logging and Wood processing, mudaram significativamente durante o período entre a pré-qualificação e a licitação por um dos três contratos (7). Essa mudança significativa anulou automaticamente seu certificado de pré-qualificação (9). Do mesmo modo que com a LTTC, as autoridades florestais concederam um contrato à empresa mesmo quando não tinha condições para licitar. A terceira empresa, E J and J, não conseguiu demonstrar capacidade técnica nem financeira durante o processo das devidas diligências; uma pré-condição indispensável para a concessão de contratos.

As devidas diligências demonstraram que havia escassas informações sobre essas empresas: sobre como a presidência tinha passado a outras mãos, como os financiadores permaneceram na sombra ou como o capital inicial exigido não foi materializado. Com certeza ainda mais preocupante é o fato de os contratos concedidos terem usufruído de discretas, tardias alterações em suas obrigações de pagamento, com a redução de 96 por cento da quantia que devia ser paga na alocação das terras ao governo. Apesar de tal alteração ter sido corrigida após ser questionada, ilustra um futuro incerto e potencialmente perigoso prognosticado pela

irregular FDA da Libéria.

### **Espezinhando os Direitos das Comunidades**

Aparentemente, o governo tenta ignorar também os aspectos legais que protegem os limitados direitos das comunidades florestais. O governo não pode apossar-se unilateralmente das terras florestais comunitárias sem o devido processo, consulta, acordo, e obrigações contratuais que providenciem benefícios. Não obstante, tem violado essas exigências- às vezes por incompetência, outras vezes propositadamente.

Como lamentavelmente a lei liberiana não reconhece os direitos de propriedade das comunidades tradicionais a suas árvores, é preciso que a FDA solicite permissão às comunidades que serão afetadas pela extração de madeira, se há áreas providas do zoneamento que são apropriadas para a atividade madeireira. Este processo está planejado para coordenar ou impedir a tomada indiscriminada de terras florestais por uma entidade descontroladas. A FDA não satisfaz essas exigências.

Além disso, o governo deve ajudar as comunidades que seriam afetadas a conformar grupos locais representativos e solicitar permissão a eles para desmatar a área. Das dez concessões atuais ou potenciais, foram ouvidas pessoas que moram em oito delas e a conclusão é que não há provas de tal permissão ter sido concedida por quem mora no local. E apesar de os grupos representativos estarem sendo formados, o processo concluirá só depois de o governo ter decidido quais as florestas que serão cortadas.

A despeito da violação, a FDA vai em frente. Antes de obter a permissão para começar a extrair madeira, exige-se que a empresa assine um contrato, um Acordo Social com aqueles que serão afetados pelas operações. Supostamente desse acordo devem constar os benefícios que a comunidade irá receber em troca pela extração da madeira. Foram assinados seis acordos e há informações amplamente difundidas sobre os abusos que caracterizam o processo.

Por exemplo, a FDA chegou a uma região e convocou uma reunião. Nela, foi anunciada a necessidade de eleger representantes ou um Comitê de Desenvolvimento do Reflorestamento Comunitário (CFDC). No dia da reunião, os representantes da comunidade conheceram os representantes da FDA e da empresa madeireira. Um acordo elaborado pela FDA foi lido, mas o acordo apenas providenciava um mínimo dos benefícios exigidos legalmente, estava repleto de erratas e continha inúmeras promessas legalmente falsas. A FDA, as empresas madeireiras e os funcionários do governo local conspiram para ameaçar e mentir aos representantes comunitários. O acordo é assinado sem revisão nas seguintes 24 horas. As informações sugerem que o processo de assinatura dos outros acordos sociais foram, de modo similar, caracterizados pela coerção e a total falta de consentimento informado.

Exige-se que a FDA invalide tais acordos e tem uma oportunidade para garantir que os futuros acordos sejam assinados ciente e voluntariamente. Se isso não acontecer, haverá poucas oportunidades para as pessoas cujo dia-a-dia será gravemente afetado pela atividade madeireira obterem algum benefício do corte de suas árvores.

## **Sem ouvir o Mundo**

Em vez de abordar essas dificuldades, a FDA optou por enfiar a cabeça na areia. A autoridade tem a missão de seguir determinadas exigências de transparência, inclusive a exigência de produzir documentos sobre o tratamento dos direitos comunitários. Contudo, reiteradas solicitações de ONGs e grupos comunitários foram ignoradas deixando a incerteza de saber se as violações já testemunhadas representam a extensão do prejuízo causado.

Como uma alternativa, a FDA elaborou erradamente diretrizes de como considera que os atores da sociedade civil deveriam se comportar. As diretrizes afirmam que todas as ações das ONGs referidas às florestas devem ser primeiramente analisadas pela autoridade. Se uma ONG agir sem a aprovação da FDA, a FDA irá recomendar que seja tirado seu credenciamento. A Constituição da Libéria e a lei florestal fazem tais diretrizes ilegais e inaplicáveis, mas o pedido de sua revogação ficou sem resposta. A FDA virou um organismo despreparado para focalizar-se no processo de fazer justiça, escolhendo fechar os ouvidos a apelos preocupados.

Não é tarde demais. Apesar da FDA ter assinado seis contratos de extração madeireira até o momento, os três maiores ainda não estão operando já que estão à espera da ratificação legislativa. Há tempo para o processo de seleção, licitação e Acordo Social serem corrigidos. Está na hora de as comunidades serem consultadas e de a atividade madeireira beneficiar o povo da Libéria. E talvez ainda mais importante, há tempo para as alternativas da extração madeireira serem discutidas; alternativas que podem providenciar o capital que o governo precisa, os direitos que as comunidades merecem, e a proteção ambiental que o país necessita. Ainda há tempo para a Libéria desfrutar da promessa representada por suas florestas.

(1) Esboço das diretrizes das Políticas da FDA de janeiro 2009

(2) Relatório do grupo de expertos das Nações Unidas (S/2008/785), 12 de dezembro de 2008, p.19

(3) Esses contratos foram assinados pelo Executivo e encaminhados para o Legislativo para serem ratificados.

(4) Relatório de devida diligência da Liberia Tree and Trading Company datado em 10 de julho de 2008

(5) Atas do Encontro de Avaliação do BID realizado em 2 de julho de 2008. O painel no seu relatório à FDA confirmou que a demora no preenchimento da sua avaliação foi em decorrência dessa situação.

(6) *ibid.*

(7) Relatório de devida diligência em Alpha Logging and Wood Processing datado em 10 de julho de 2008.

(8) Regulamentação No. 103-07 da FDA Regulamentação da qualificação do licitante

Por Jonathan Gant, Legal Fellow (da Universidade de Columbia, USA) com o SDI na Monrovia, e Silas Kpanan'AYoung Siakor, Diretor do Sustainable Development Institute (SDI), 20 de fevereiro de 2009

[início](#)

## **- Malásia: sedimentação de rio devido ao desmatamento que origina graves enchentes em Sarawak**

As fortes enxurradas que começaram a cair no dia 14 de janeiro e continuaram por quase um mês no estado de Sarawak no leste da Malásia assolaram especialmente as regiões norte e central.

Milhares de pessoas evacuadas, comestíveis básicos aerotransportados até as moradias comunitárias, toneladas de material de ajuda para emergências, fechamento de escolas primárias, desmoronamentos, lavouras destruídas constituem o saldo de uma devastadora enchente sem precedentes que assolou principalmente a área rural de Sarawak. Os arrozais estavam maduros quando a chuva começou. No final, as lavouras ficaram completamente destruídas pela enchente. Conforme um artigo no The Borneo Post do dia 11 de fevereiro de 2009, comunidades indígenas de várias moradias comunitárias na região do rio Baram tiveram quase toda sua colheita perdida. (1)

Enquanto os padrões da mudança climática podem ser convenientemente culpados pela devastação (a culpa é de todos- ninguém é o culpado), mais de vinte anos de políticas florestais que favorecem o esgotamento em larga escala dos frágeis ecossistemas de florestas tropicais que visam um lucro no curto prazo (aliás, na curta visão de futuro) conformam a principal causa subjacente que alguns estão atualmente pondo na berlinda.

Como lembra a organização Bruno Manser Fonds, “Apesar das advertências dos ambientalistas e dos cientistas internacionais, menos de 10 por cento das florestas primárias de Sarawak têm sido poupadas da exploração madeireira sem dar a devida importância aos efeitos ambientais, sociais e econômicos no longo prazo decorrentes da exploração madeireira.”

Um advogado de Kuching, uma das províncias assoladas pelas enchentes, escreveu em seu blog (<http://voonleeshan.blogspot.com/2009/01/2009-floods-in-kuching.html>) que a maior parte das causas das enchentes em Kuching e outras áreas adjacentes tinham sido criadas através de políticas do governo de plantão. E ele pergunta: “Por que cortaram as árvores e clarearam as florestas se as árvores poderiam ajudar a mitigar as inundações ao absorverem as águas das chuvas fortes? Por que o corte de árvores e o desmatamento das florestas foi permitido para o benefício de poucos, mesmo sem o adequado reflorestamento ou manejo florestal? Não foi isso o que contribuiu para as erosões e a sedimentação do leito do rio Sarawak? E portanto, não foi essa sedimentação a que causou que os rios se tornassem pouco profundos? Não foi a falta de profundidade dos rios a que causou que a água das chuvas viesse à tona rapidamente e transbordasse as margens dos rios inundando granjas, lojas e moradias?”

A sedimentação vinculada com o desmatamento também provocou a morte maciça de peixes. A esse respeito, o blog Digest on Malaysian News informou que, “centenas de peixes saíram à superfície no Batang Rajang [rio] alguns à procura de ar, alguns já sem vida. Também houve vários relatos desse tipo de incidentes em Belaga e Kapit desde finais do ano passado que causaram grande preocupação aos moradores do

local. O Conselho do Meio Ambiente e os Recursos Naturais (NREB, sigla em inglês) concluiu que os peixes tinham morrido de fato por afogamento e não por envenenamento. A causa desse incidente é muito singela. O rio Rajang se tornou raso demais em decorrência da alta sedimentação. A sedimentação foi causada por um descontrolado desmatamento de grandes proporções na região do rio acima.”

Conforme a mesma fonte, “Todos nós sabemos que a erosão é decorrente da exploração madeireira descontrolada no Alto Batang Rajang. Os culpados (que por acaso estão associados a Taib Mahmud, o Primeiro Ministro de Sarawak) são as empresas madeireiras. Eles violaram a floresta virgem de Sarawak com um maciço desmatamento que resultou em erosão e sedimentação maciços e que, afinal, fizeram com que o Batang Rajang fosse propenso a inundar-se (afetando gravemente a cidade de Sibú) e a dificultar a navegação devido à escassa profundidade do rio. E agora, os peixes estão agonizando.”

Os enormes lucros da exploração madeireira foram parar nas mãos de um punhado de empresas e nos bolsos de alguns poderosos, muitos dos quais se opuseram ativamente à exploração madeireira em seus territórios.

- (1) “Rural Sarawak suffers flood consequences”, comunicado de imprensa de Bruno Manser Fonds, 17 de fevereiro de 2009, [www.bmf.ch](http://www.bmf.ch), [info@bmf.ch](mailto:info@bmf.ch)
- (2) “Siltation killed fish at Batang Rajang”, Digest on Malaysian News (<http://malaysiadigest.blogspot.com/2009/02/siltation-killed-fish-at-batang-rajang.html>)

Outras fontes: vários artigos do website malásio The Star Online, <http://thestar.com.my>  
[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### **- Brasil: as plantações da Veracel, a usurpação certificada**

Em 1991, a Veracel Celulose, sob o nome Veracruz Florestal, chegou no Extremo Sul da Bahia.

Originalmente, a região, de clima úmido, era coberta por vários tipos de Mata Atlântica, atualmente devastada e substituída por cultivos, pastagens e silvicultura (monocultura de eucalipto).

Um “modelo de desenvolvimento” baseado em desmatamentos, violência, expulsão de população camponesa foi imposto para a região, facilitou o processo de implantação da monocultura de eucalipto e de fábricas de celulose no Extremo Sul do estado.

Em meados de 1991, a Veracruz Florestal, adquiriu 47.140 hectares de terra da empresa Vale do Rio Doce. A partir de novembro de 1992, organizações da sociedade civil receberam denúncias de que a Veracruz Florestal estaria com centenas de caminhões, retirando madeira nativa para plantar eucalipto.

Em 17 de junho de 2008, após 15 anos de tramitação, a Justiça Federal de Eunápolis finalmente julgou a empresa Veracel Celulose culpada pela devastação ambiental cometida nos seus primeiros anos de funcionamento até 1993, multando a empresa em R\$ 20 milhões, além de anular as licenças ambientais concedidas para o plantio de eucalipto. A decisão significa que a Veracel terá que arrancar os eucaliptos plantados de acordo com as licenças e replantar essas áreas com espécies da Mata Atlântica.

Em 1997, a então Stora, empresa sueca, se tornou um dos principais donos da Veracel. Depois, em 2000, a Aracruz Celulose tomou-se, junto com a Stora Enso, uma joint venture, cada uma com 50% das ações. Ao expandir suas plantações de eucalipto, a empresa Veracel e também a Aracruz têm se aproximado dos Parques Nacionais na região, tradicionalmente ocupadas pelo Povo Indígena Pataxó.

Dentro da terra identificada pela FUNAI como território Pataxó, há 1.645 hectares de eucalipto da Veracel Celulose. A Frente de Resistência Pataxó afirma que a presença da Veracel Celulose em terras que pertencem ao povo Pataxó (120 mil hectares) alcança cerca de 30 mil hectares.

Os Índios Pataxó denunciam que a Veracel se apropriou de terras griladas por fazendeiros; derrubou mata nativa, envenenou e envenena fontes de água com os agrotóxicos aplicados, matando animais e peixes.

“Chamamos isso, de deserto verde porque essa plantação de eucalipto traz muita poluição para nós, traz muito problema para nós e para nossas crianças. Esse deserto verde não traz saúde para nós, não traz educação para nós, não traz alimento para nós, nem mesmo os passarinhos tem liberdade de viver nessa plantação. Só traz riqueza para o pessoal lá fora, mas para nós não traz nada. E me sinto revoltado que estou aqui debaixo de um deserto verde dentro do território indígena” (Entrevista: cacique Jurandir, aldeia Jitaí, 09/04/2008).

Ao longo dos anos, os Pataxó têm lutado pela demarcação das suas terras e realizado protestos contra o plantio de eucalipto.

Um grande problema para que o poder público fiscalize as ações de uma empresa como a Veracel é sua total falta de estrutura e pessoal tanto a nível federal como estadual.

Recentemente, a própria Diretora do Centro de Recursos Ambientais (CRA) da Bahia (IMA – Instituto do Meio Ambiente) afirmou num Seminário em Porto Seguro em novembro de 2007, que o órgão possui apenas 20 técnicos para avaliar todos os projetos da Bahia, um estado que contém 418 municípios. Para o Extremo Sul da Bahia, há apenas um fiscal do órgão disponível, numa área onde as empresas ocupam nada menos do que 400 mil hectares.

Diante dessas afirmações, diversas entidades do Extremo Sul da Bahia pediram uma moratória do plantio de eucalipto na região até que fosse concluído um zoneamento econômico-ecológico e que o Estado tivesse condições técnicas e humanas para licenciar e fiscalizar as empresas, também para garantir áreas para outros fins como a

agricultura familiar:

Porém, mesmo sem poder cumprir com suas funções, o CRA continua a licenciar mais terras para serem convertidas em plantações de árvores. Diante disso, conclui-se que a política ambiental da Bahia favorece os interesses econômicos da Veracel e de outras empresas, em detrimento do bem comum.

A Veracel ocupa hoje com eucaliptos 15,1% da área total e 40% de terras agricultáveis do município de Eunápolis.

Quanto ao emprego, é amplamente sabido que a monocultura de eucalipto e a produção de celulose contribuem pouco para a geração de empregos. Trata-se de um setor altamente mecanizado que com poucos trabalhadores monitorando e conduzindo o processo de produção, consegue alcançar alta produtividade.

A construção da fábrica gerou um número relativamente alto de empregos -em torno de 9.000 empregos- mas com a fábrica de celulose em pleno funcionamento, a empresa empregava na fábrica e nas suas plantações 741 pessoas, em geral bem qualificadas, ou, em termos de quantidade de terras que a Veracel ocupa com eucalipto, 1 emprego direto em 103 hectares de eucalipto.

O fato da empresa não criar milhares e milhares de empregos criou uma revolta muito grande na população regional.

Apesar disso tudo, a empresa Veracel conta com o selo “verde” do FSC, o que tão-somente confirma que o FSC acaba sendo uma ferramenta importante para a propaganda e a expansão prevista das grandes empresas de celulose, passando a idéia que se trata de uma empresa ecologicamente correta e socialmente justa, sendo um estímulo a mais também para as vendas.

Segundo moradores de comunidades rurais e membros de movimentos do campo, a empresa apenas tem promovido a concentração das terras, a monocultura e a expulsão do homem do campo. Restam duas alternativas: deixar o campo ou resistir.

Extraído e adaptado de: “Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose: Uma história de ilegalidades, descaso e ganância”. CEPEDDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia, Eunápolis – Bahia, 2008, [http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/CEPEDES\\_2008.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/CEPEDES_2008.pdf)

[início](#)

---

## **- Brasil: a racionalidade privada no curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa**

Desde o fim do século XVII já existem registros de preocupação com a supressão florestal. A partir daí alguns estudiosos afirmavam a necessidade de desenvolver conhecimentos para a exploração adequados à realidade das florestas tropicais e que a forma como estava sendo realizada, assim como a concepção escravista, eram

destrutivas e degeneravam a moral da nação. Porém, elas ficaram como referências de possibilidades históricas que foram abertas, mas que não tiveram continuidade efetiva a longo prazo, pois, a sociedade senhorial e patriarcal brasileira optou pelo monocultivo extensivo e por uma economia agroexportadora, latifundista e escravocrata. Esta forma de vida social e econômica impôs um padrão de relacionamento sociedade-natureza de tipo utilitarista, imediatista e predatório.

No caso florestal essa lógica avança especialmente através de órgãos públicos tomados pela lógica privada como o Serviço Florestal, que em 1911 se torna um grande produtor e difusor do *Eucalyptus sp.* em detrimento de pesquisas que tentavam estabelecer outras espécies para as mais diversas finalidades. Uma das conseqüências é que em 1935 a cobertura florestal de São Paulo já havia sido reduzida a 26,2%.

Na mesma lógica da *Revolução Verde*, a partir da década de 1970 o “setor florestal” deixa de ter apenas ações pontuais, e além de planejado a médio e longo prazos, passam a ter grandes programas e ações políticas com massivos investimentos públicos a fundo perdido e *incentivos fiscais*. Evidenciando que as empresas privadas brasileiras ditas “florestais”, foram na verdade gestadas com dinheiro público, e em troca, o flagelo para milhares de famílias, especialmente das chamadas *populações tradicionais*.

Como resultado desta política Fanzeres ressalta que: *A partir daquele momento, começa a se delinear uma série de conflitos e disputas, presentemente denominados de caráter sócio-ambientais. Porém, até o retorno e solidificação das liberdades políticas no Brasil, iniciado em 1985, as disputas eram mantidas em um caráter local e isolado. A memória dos que vivenciaram estes momentos reconstrói as ações das empresas ou de seus intermediários como revestidas de violência moral ou física, tendo até gerado a morte de muitos. As disputas hoje denominadas sociais eram basicamente pela apropriação da terra à custo zero ou preços simbólicos. Etnias indígenas e quilombolas, até mais desempoderadas que os trabalhadores rurais que também ocupavam estas terras sem títulos de posse, foram igualmente expulsas ou cercadas por vastas extensões de plantios de árvores. Em seguida começaram os problemas ambientais devido ao desmatamento para substituição da floresta nativa, inapropriada para os fins industriais almejados; e a utilização de produtos químicos para o combate de formigas e outros males atacando os monocultivos de árvores. Os impactos em relação aos recursos hídricos, que bem demonstram a combinação sócioambiental ao prejudicarem a sobrevivência humana e da biodiversidade nativa, na verdade, só surgiram uns tempos depois da implantação destes plantios. E presentemente é um dos temas de maior importância a ser debatido e resolvido em relação à vastas plantações de árvores.*

É em meio a uma conjuntura internacional de plena “guerra fria”, numa concepção hegemônica de cunho desenvolvimentista para o país, tecnicista para as ciências agrárias, e de grande efervescência das disputas políticas que mais tarde resultam num golpe militar pró-capitalista no Brasil, que passa a ser reconhecida a necessidade de um profissional com uma formação voltada às questões da produção florestal no país.

Ladeira e Ehlers descrevem em seus estudos que: *Os institutos de pesquisa e*

*escolas de agronomia criadas no início do século XX foram influenciados por diversos convênios, como o acordo MEC/USAID. Outros exemplos são os acordos com a Fundação Ford, Fundação Rockefeller e Aliança para o Progresso. Estes convênios se materializavam na doação de equipamentos científicos, materiais bibliográficos, recursos humanos, [havia grande intercâmbio entre profissionais dos EUA e Brasil], e financeiros. As principais escolas de agronomia brasileiras (ENA, ESALQ, UFP, UFRGS e UFV) influenciadas pelas escolas norte americanas de Purdue, Ohio, Wisconsin e North Carolina, reformularam seus currículos, estruturas e metodologias de ensino pesquisa e extensão, passando a privilegiar as áreas e disciplinas direta ou indiretamente envolvidas com a adaptação e validação do padrão agrícola emergente, que já era convencional nos EUA e Europa. O curso de Engenharia Florestal, criado em 1960, está imerso nesse contexto.*

Esta descrição reafirma o que até aqui vem sendo colocado, e o que um engenheiro florestal formado em 1976, entrevistado pela France Coelho diz ao retratar a concepção dos cursos de engenharia florestal: *“Então, tinha aquela coisa de agrônomo-silvicultor. Quer dizer, a Engenharia Florestal era pura silvicultura. Totalmente fora da questão o manejo de floresta. Quer dizer, não trabalhavam floresta, trabalhavam reflorestamento. Silvicultura, como “A ARTE DE FAZER FLORESTA”, mas não trabalhavam com a floresta em si, não trabalhavam com a floresta nativa, natural”.*

O curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa, desde o seu surgimento, devido às relações intrínsecas e crescentes com a iniciativa privada herda até hoje todas as concepções até aqui apresentadas. Para dar uma noção do que ocorre com as pesquisas no Departamento de Engenharia Florestal da UFV, analisamos a participação de cada setor no financiamento das pesquisas registradas pelo DEF. Ele mostra que dos quase doze milhões de reais que foram investidos no período, 83% tem origem de algum órgão público e 17% de instituições privadas, o que é bastante significativo. Porém, as empresas privadas apossam-se ainda de 53% da verba pública destinada às pesquisas no Departamento. E devemos lembrar que o mais custoso é infra-estrutura, pagamento de salários, e todo o investimento na formação até o doutoramento, o que não está contabilizado e são pagos com dinheiro público.

Dentre as linhas de pesquisas nas áreas de conhecimento, percebemos que a de Meio Ambiente como um todo é a única que não tem a maior parte de seus recursos destinadas, primordialmente às necessidades privadas de grupos empresariais. Não é por acaso que à esta área é destinado o menor volume de recursos, apenas 13% de toda verba que entra no DEF para pesquisas.

Sobre o objeto de pesquisa, apesar de estarmos num país tropical, 44% dos projetos de pesquisa absorvem 55% dos recursos que entraram para o desenvolvimento científico-tecnológico no Departamento, e foram destinados a estudar uma única espécie, *Eucalyptus sp.*. E nos permite afirmar também que existe relação direta entre pesquisar tecnologia relacionada ao eucalipto e beneficiar majoritariamente a iniciativa privada, pois das 213 pesquisas com a referida espécie, 76% delas, ou 80% dos recursos à esta destinada têm primazia nos avanços produtivistas do setor privado.

Diante de tudo isso, são necessárias muitos embates, disposição e ousadia, como

vem demonstrando o movimento estudantil e outros movimentos sociais populares ao realizar o trabalho militante do dia a dia na construção e fortalecimento das suas entidades representativas em todos os níveis, através de diversas assembléias, congressos, e ações como passeatas, as mais diversas formas de manifestações culturais, ocupações de reitoria, luta pela extinção das fundações nas universidades e impedir convênios das universidades com estas empresas. Além disso, na luta positiva, exigir pesquisas que efetivamente beneficiem populações tradicionais e os camponeses.

Estes embates são inevitáveis, pois à esse processo de privatização do público, o sociólogo Francisco de Oliveira coloca que é essencial a destituição da fala através da desmoralização do discurso e da desqualificação dos opositores, objetivando a anulação da política, *“a imposição de um consenso, ao modo das ditaduras”*. E observamos isto facilmente dentro do DEF, e da UFV como um todo, quando se estigmatiza pejorativamente os grupos opositores à esta política privatizante ou ao modelo de produção hegemônico como os “bichos-grilo”, os “eco-chatos” ou “neo-hippies”. E quando isto não é suficiente, a tutela, - com a criação de meios para diminuir a autonomia estudantil - e/ou a violência psicológica e muitas vezes física entram em cena.

Mesmo assim, a luta pela Universidade Democrática e Popular segue em frente, especialmente nos corações e mentes dos estudantes combativos organizados nas suas diversas entidades representativas.

Engenheiro Florestal Vladimir Oganauskas Filho, correio eletrônico:  
[florestavladimir@yahoo.com.br](mailto:florestavladimir@yahoo.com.br).

**OBS:** O texto completo com gráficos, tabelas, referências bibliográficas e fontes, podem ser baixados da página do WRM:

[http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/ThesisVladimir\\_2008.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/ThesisVladimir_2008.pdf)

[início](#)

---

### **- Indonésia: criminalização de líder social em benefício de empresa dendeicultora**

Como já foi manifestado em edições anteriores do Boletim do WRM, a criminalização faz parte de uma estratégia que visa silenciar qualquer protesto que, em geral, seja contra as atividades de extração de empresas transnacionais (vide Boletim Nº 125 do WRM). Isso vem acontecendo em todos os países do Sul. E está acontecendo justamente agora na Indonésia, onde foi vitimado mais um lutador da resistência social contra a apropriação de terras por parte das empresas dendeicultoras no país.

O poderoso grupo transnacional de agronegócio PT Sinar Mas, além de investir fortemente em produtos químicos, finanças, bancos, hotéis, telecomunicações e criação de porcos, faz parte do maior holding no mundo de plantações de dendezeiros e é a maior empresa dendeicultora da Indonésia.

As operações de sua subsidiária PR Kresna Duta Agroindo (KDA) na província de Jambi, na costa leste da Sumatra Central, geraram conflitos entre os moradores de

Karang Mendapo. A empresa desenvolveu uma expansão agressiva de suas plantações de dendezeiros apropriando-se de florestas e plantações de borracha dos agricultores de Karang Mendapo. Cerca de 600 hectares foram cortados ilegalmente para integrar essas terras a uma plantação de dendezeiros maior, e com esse fim, a KDA distribuiu uma quantia mensal de 58.000 rp (€3,50 ) a cada agricultor registrado sem explicar claramente o objetivo desse pagamento.

Conforme a Watch Indonesia! (1), “em agosto de 2008, os moradores tomaram as terras- que de fato são deles- e colheram os rendimentos dos dendezeiros que lá havia. A partir de então, foram intimidados e maltratados por desconhecidos que supostamente agiam em representação da KDA. Tais incidentes foram informados à polícia mas foi em vão.”

“Como parte do protesto, os cidadãos de Karang Mendapo decidiram devolver o pagamento que tinham recebido da KDA em agosto. A KDA, porém, rejeitou receber a devolução desse dinheiro”. Os moradores resolveram então deixar o dinheiro nas mãos do líder da resistência Muhammad Rusdi- que também é o prefeito do povoado- até que a KDA o recebesse.

Rusdi foi preso no dia 28 de janeiro de 2009 e ainda continua detido nas instalações da delegacia distrital. Ele foi interrogado e há notícias de ter sido maltratado. Aparentemente, Rusdi foi capturado sob o suposto cargo de usurpação do dinheiro confiado a ele por parte dos moradores do povoado.

O comunicado da Watch Indonesia! afirma que, “os ativistas locais e a população de Karang Mendapo receiam que Rusdi esteja sendo falsamente incriminado pelas autoridades que aplicam a lei agindo em nome da KDA. Os ativistas locais temem que Rusdi esteja sendo criminalizado para ocultar o protesto das vítimas por práticas abusivas de apropriação de terras que as empresas dendeicultoras concretizam em toda a Indonésia.”

Com 7,1 milhões de hectares plantados com dendezeiros, a Indonésia está posicionada como o produtor líder de óleo de dendê. O impulso por plantar dendezeiros não acabou. Pelo contrário, no dia 18 de fevereiro deste ano, a Indonésia reconheceu que silenciosamente tinha levantado uma proibição estabelecida desde dezembro de 2007 ao uso de turfeiras para a plantação de dendezeiros (2). Isso implica que cerca de 2 milhões de hectares de turfeiras que reúnem os quesitos para a plantação de dendezeiros serão clareadas e drenadas, produzindo assim a liberação na atmosfera de milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, o que irá acrescentar o aquecimento global

Cada vez maior criminalização, desmatamento, destruição, apropriação de terras, aquecimento global: o sabor do fruto do dendezeiro é mais amargo do que nunca.

*Está sendo organizada uma campanha para exigir a liberação imediata de Rusdi e uma investigação rigorosa sobre os motivos por que ele foi detido. Você está convidado a fazer parte dela e enviar cartas- um exemplo sugerido está disponível- às autoridades indonésias através do site da Watch Indonésia! <http://www.watchindonesia.org/Index-engl.htm>, ou através da campanha Salva la Selva em*

(1) "Urgent Appeal: Resistance against Palm Oil - Unlawful Arrest of farmers' resistance leader in Jambi, Indonesia", Watch Indonesia!, Berlim, 5 de fevereiro de 2009,

(2) "Indonesia reopens peatland to palm oil plantation", Ian MacKinnon, The Guardian, 18 de fevereiro de 2009, <http://www.guardian.co.uk/environment/2009/feb/18/indonesia-peat-palm-oil>

[início](#)

---

### **- Paraguai: camponeses podem enfrentar o avanço de eucaliptos em suas terras com base na experiência dos irmãos brasileiros**

No Paraguai, a Federação Paraguaia de Madeireiros (FEPAMA) fala sobre "colaborar com o projeto da Reforma Agrária impulsionada pelo governo, através de uma proposta de desenvolvimento rural integral e de geração de riquezas por meio do reflorestamento com o uso das terras ociosas." (1) A FEPAMA alega que, "com este trabalho poderá ser providenciada uma ajuda especial aos pequenos e médios proprietários rurais, de forma que possam contribuir a organizar a promoção de plantações florestais... nas terras dos pequenos e médios proprietários". (2)

As "terras ociosas" referidas pela FEPAMA fazem parte do sistema produtivo, geralmente diversificado, do campesinato. É nesses espaços que é proposta a plantação de árvores de crescimento rápido. Este negócio, que beneficiaria principalmente a indústria florestal ao providenciar a matéria prima necessária para desenvolver uma indústria, seria realizado com dinheiro nacional. A FEPAMA propõe a criação de um fundo para ativar a Lei 536, que estabelece subsídios para o reflorestamento, com "uma contribuição inicial de cinco a dez milhões de dólares provenientes dos Fundos Estruturais do Mercosul, e/ou de contribuições sociais de Itaipu e/ou do Banco Mundial, BID, JICA e outros".

A Lei 536, de 1994, estabeleceu as bases para o desenvolvimento do modelo de reflorestamento em grande escala- se bem que por circunstâncias particulares do Paraguai tenha se estagnado- e tem uma suspeitosa semelhança com os contextos legais de países que têm impulsionado o reflorestamento, tais como Chile e Uruguai.

No Paraguai, está sendo iniciado, portanto, o processo de imposição do modelo de monoculturas em grande escala com árvores de crescimento rápido, e trata-se de uma boa oportunidade para o campesinato paraguaio poder se beneficiar da experiência dos irmãos brasileiros sobre a plantação de eucaliptos em terrenos camponeses.

Nesse sentido, um documento recém- elaborado pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) do Brasil (é possível acessar o documento no site do WRM em: [http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Fomento\\_Florestal.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Fomento_Florestal.pdf)) analisa os impactos no Estado do Espírito Santo do programa de "fomento florestal" impulsionado pelo governo, que promove a plantação de monoculturas de eucalipto por pequenos agricultores.

Por trás do discurso de “beneficiar” o camponês esconde-se uma nova estratégia de expansão das empresas do agronegócio (a Aracruz Celulose, no caso específico do Brasil). Esta estratégia garante o abastecimento de matéria-prima sem a responsabilidade de sua produção e evitando qualquer tipo de restrição à propriedade da terra. Por outra parte, conseguem madeira de árvores plantados em terras que não seriam lucrativas com o manejo industrializado das empresas, como é o caso da região serrana.

Os pequenos produtores que entram no programa ficam atrelados à empresa devido a ser da empresa o monopólio da compra. Por outro lado, a assinatura do contrato com a empresa impõe a eles inúmeras obrigações, como por exemplo aplicar os agrotóxicos e a assistência técnica que a empresa determina, levar a madeira até a empresa, atingir a produção estimada. Se não é atingida, o produtor pode vir a ser obrigado a arcar com a diferença.

*“Quase tivemos que vender café para pagar o frete para poder transportar o eucalipto. Fui até o escritório da Aracruz e disse que não ia fazer isso, mas eles insistiram que tinha que pagar.”*

A experiência dos agricultores diz respeito, entre outras coisas, ao trabalho desprotegido e perigoso nas plantações de monoculturas de árvores, à míngua por elas provocada nos cursos d’água, ao uso obrigatório de venenos na plantação.

Com uma abordagem prática, o documento compara o retorno econômico e sócio-ambiental que poderia ter uma plantação de eucalipto (no pior e no melhor cenário) com o de uma plantação de milho e feijão. Os resultados não deixam dúvidas de que, mesmo no melhor dos cenários para o eucalipto, é mais conveniente para o camponês investir na lavoura de alimentos e inclusive na diversificação de sua produção com a plantação de árvores nativas.

É importante repassar esta experiência a outros países, onde a expansão das culturas industriais de árvores pretende ser imposta usando os mesmos argumentos. Os camponeses e o povo paraguaios podem apoiar-se na experiência de seus pares regionais, para não serem enganados. Ainda há tempo para resistir.

(1) “Paraguay: FEPAMA plantea apoyo a reforma agraria mediante forestación”, ForestalWeb, <http://www.forestalweb.com/Noticias-internacionales/paraguay-fepama-plantea-apoyo-a-reforma-agraria-mediante-forestacion/>

(2) “Fepama plantea desarrollo forestal”, ABC digital, <http://www.abc.com.py/2009-01-26/articulos/490192/fepama-plantea-desarrollo-forestal>

[início](#)

---

## **- Uruguai: uma nova redistribuição de terras... em favor das empresas florestais**

No Uruguai de finais da década de quarenta foi incentivada por parte do Estado uma iniciativa exemplar: a criação do Instituto Nacional de Colonização (INC), que surge diante da necessidade de um “instrumento idôneo para promover uma subdivisão

racional da terra e a exploração adequada, e para visar o estabelecimento e o bem-estar do trabalhador rural, promovendo além disso o aumento e a melhora da produção agropecuária”.

“A colonização é um processo sócio-econômico produtivo, através do qual o Estado, adquire terras ou as recebe em propriedade ou em administração, as redimensiona, e posteriormente as adjudica a produtores para que se instalem nelas com suas famílias e as trabalhem devidamente.” (1) É assim que dentro das colônias é comum encontrar fracionamentos que mantêm o nome da fazenda que os originou. Tal é o caso de Santa Kilda e Santa Blanca, dentro da Colônia Baltasar Brum no departamento de Paysandú.

Fomos convidados por vizinhos de Santa Kilda e Santa Blanca- preocupados pelo avanço das plantações de pinheiros e eucaliptos nos arredores de suas terras- e tivemos a oportunidade de percorrer parte da Colônia Baltasar Brum. Originariamente a região era de uso agrícola, posteriormente passou a ser agrícola-pecuária.

A colônia vem sendo cercada por monoculturas e à medida que elas crescem em altura e extensão, são cada vez mais notórios os impactos que sofrem os produtores rurais: falta de água, proliferação de pragas, entre outros.

“A empresa florestal matou nossa colônia, e estão desaparecendo nossos cursos d’água e nossos poços”, diz um dos produtores. “Córregos que nunca jamais tinham secado hoje estão sem água” e “isso não tem nada a ver com a seca”. Logo esclarecem que em épocas de secas importantes os córregos tão só chegavam a cortar-se em algum ponto de seu percurso, mas que desde que o reflorestamento foi instalado na região, estão secos. Os colonos observam como nos poços de 40 m de profundidade o nível de água foi descendo perigosamente e inclusive desapareceu em algumas áreas, isso implica que o produtor tem que investir em outro poço onde tentará chegar ao lençol freático a 100 m de profundidade. Este é um custo extra que nem todas as famílias podem assumir.

Ao passar por um campo pertencente a uma das empresas florestais, chamou nossa atenção uma área bastante importante sem reflorestar, “esses planícies eram zonas úmidas, por isso não puderam reflorestar, não podiam entrar com as máquinas. Você pode ver que alguns anos depois de terem plantado o restante do campo, as zonas úmidas já não existem, agora é solo pronto para reflorestar”. Um processo semelhante aconteceu em campos de colonos; acompanhando o crescimento dos eucaliptos, as zonas úmidas- por onde não era possível passar nem a cavalo e onde nas piores secas vivenciadas no país permitiam salvar o gado- agora há mais de cinco anos que estão secas.

“Você semeia uma cultura e os animais traçam tudo, há milhões de pombas, mesmo que os engenheiros das empresas florestais dizem que as pombas não habitam esses montes [refere-se às plantações de árvores], mas, é claro que lá estão!”

Outro colono que tem seu campo ao lado da “cortina florestal” afirma que, “quando a gente planta o sorgo vêm os javalis e o comem, e isso ninguém o vê, está minado de javalis e cervos.” “Aqui era uma colônia de luxo, estragaram tudo com o

reflorestamento, você cria um animal e os javalis o comem, tanto bezerras quanto vacas”.

Entre os argumentos usados para promover as plantações de árvores dizem que são geradoras de emprego, falam de biodiversidade, de manejo sustentável. Cartazes com dizeres como “A floresta dá vida e trabalho. Proteja-a” podem ser vistos à beira das estradas.

Os habitantes da colônia têm outra opinião a esse respeito. “Você percebe como por baixo das árvores não nasce nada?” enquanto aponta os 1000 has de reflorestamento que cercam seu campo de 40 has. Esse era um campo com este [fazendo referência a seu campo onde cultivava a terra e cria gado] e eles chegaram e mataram tudo, não há mais pastagens, não há vida nesse local”.

Estas famílias, que têm passado a vida toda no campo, dizem, “a nós que conhecemos de campo, não venham falar de trabalho no reflorestamento; há emprego quando semeiam e depois, nada”. A colheita também não providencia mão de obra, é mentira, é uma mulher que dirige a máquina e vem o grampo e outro homem o carrega e vem o caminhão e até logo e não há mais mão de obra”.

“As empresas florestais têm avançado com tudo sobre nossas colônias, chegam fazendo promessas e oferecendo materiais e eletrodomésticos para as escolas, para promoverem uma boa imagem e para conseguirem a aceitação”. Para nós, com os impactos que sofremos com o reflorestamento, essas coisas não têm a menor importância”.

“A gente trabalha a terra, arruma a casa e os arredores, para que agora aconteça isso...”

Hoje não apenas esses solos agrícolas por excelência estão concorrendo com o reflorestamento senão que também está em jogo a permanência das famílias de colonos que vêm com tristeza como se desenvolve novamente um processo de redistribuição de suas terras, só que agora o processo é inverso, as terras que poderiam ser alocadas a novos colonos são entregues às empresas florestais estrangeiras. Não só voltamos a concentrar a terra senão também a estrangeirizá-la; e ainda por cima, estas plantações estão certificadas pelo FSC.

(1) Instituto Nacional de Colonización, <http://www.colonizacion.com.uy>

início

---

## COMÉRCIO DE CARBONO

### - Banheiras, florestas, comércio de carbono e mudança climática

Em 2008, o valor do mercado de carbono aumentou em 84%, sendo que o total das transações passaram de US\$64 bilhões em 2007 a US\$118 bilhões em 2008. Certamente, com todo esse dinheiro mudando de mãos deve haver algumas boas notícias sobre o volume de dióxido de carbono na atmosfera.

Infelizmente não. A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA (NOAA), agência governamental dos EUA, informou que em 2008 as concentrações mundiais de dióxido de carbono aumentaram em 2,28 partes por milhão.

Os comerciantes de carbono estão considerando agora a comercialização do carbono armazenado nas florestas mundiais. Eles esperam que a redução das emissões provindas do desmatamento e a degradação florestal (REDD) gere grandes volumes de carbono para comercializar. Há, porém, três importantes problemas com isso.

Primeiramente, o preço do carbono poderia despencar, inclusive provocando o craque do mercado de carbono. Recentemente, os preços do carbono têm caído drasticamente, fazendo menos atrativos os investimentos em energias renováveis. Como observa o Financial Times, “O preço do dióxido de carbono na União Européia tem caído tão baixo que já não providencia um incentivo para o desenvolvimento de baixas emissões de carbono, e parece improvável que o seja no futuro próximo.”

O segundo problema com a comercialização do carbono armazenado nas florestas é que criaria uma enorme fenda para os piores poluidores de gases de efeito estufa do mundo. Precisamos reduzir o volume de gases de efeito estufa na atmosfera. Isso significa que precisamos reduzir as emissões de gases de efeito estufa de forma drástica, e não encontrar novas formas de permitir que continuem as emissões.

Por trás disso existe um equívoco comum sobre a mudança climática. A fim de impedir uma mudança climática descontrolada, precisamos reduzir a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Isso significa cortar as emissões radicalmente—não basta com estabilizar as emissões.

Atualmente, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera é de 386 partes por milhão. O Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) afirma que para impedir que o aquecimento global passe dos 2°C, as emissões devem ser reduzidas globalmente em 85% (se comparadas com o ano 2000) até 2050. O alvo do IPCC é 450 ppm, mas conforme James Hansen da NASA o alvo deve ser 350 ppm.

Talvez a melhor forma de entender a diferença entre concentrações e emissões é a “analogia da banheira” apresentada por John Sterman, do Instituto Tecnológico de Massachusetts, e Linda Booth Sweeney do Programa de Pós-graduação em Educação de Harvard. Eles explicam que a atmosfera é como uma banheira: a água da torneira representa a emissão de gases de efeito estufa; o bueiro representa a absorção por parte das plantas e do oceano; e a água na banheira representa a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Com o índice atual de emissões de gases de efeito estufa, o volume de água que sai da torneira é mais do dobro do que desce pelo bueiro. Assim, o nível de água na banheira é cada vez maior. Para piorar a situação, giramos a torneira um pouco mais, aumentando o volume de água que sai dela. Para impedir que a banheira transborde não basta com não girar a torneira (o equivalente a estabilizar as emissões), devemos fechá-la para que haja menos água enchendo a banheira do que indo através do bueiro.

A redução do desmatamento equivale ao desentupimento do bueiro. Mas a

comercialização do carbono armazenado nas florestas equivale a abrir a torneira e girá-la mais um pouco ao mesmo tempo.

O terceiro problema com a comercialização do carbono armazenado nas florestas é que, no tocante ao clima, o carbono armazenado nas florestas não é igual ao carbono armazenado nos combustíveis fósseis. O carbono armazenado nos combustíveis fósseis é estável e não irá entrar na atmosfera a menos que seja desenterrado e queimado. O carbono armazenado nas florestas é instável e pode ser facilmente devolvido para a atmosfera. Os recentes incêndios na Austrália ilustram muito bem esta questão. É provável que tais incêndios aumentem com a mudança climática. Citando o Quarto Relatório do IPCC: "É provável que um aumento no risco de incêndios na Austrália esteja associado com o intervalo reduzido entre os incêndios, a maior intensidade do incêndio, a diminuição na extinção do incêndio e a propagação mais rápida do incêndio."

Os incêndios na Austrália foram uma tragédia que matou mais de 200 pessoas e destruiu 1.800 moradias. Também provocaram a liberação de milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera- mais da terceira parte das emissões anuais de CO2 da Austrália.

Mas o que teria acontecido se o carbono que tinha sido armazenado nas florestas queimadas da Austrália tivesse sido comercializado? Ao permitir que continuem as emissões em outros lugares, o volume de dióxido de carbono liberado na atmosfera teria sido o dobro.

Certamente, o desmatamento precisa ser detido. Mas a comercialização do carbono armazenado nas florestas garante que as emissões de gases de efeito estufa continuem em outros lugares. A comercialização do carbono não reduz as emissões. A comercialização do carbono armazenado nas florestas só irá piorar a situação.

By Chris Lang, [chris@chrislang.org](mailto:chris@chrislang.org)

[início](#)

---

**Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere  
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrn@wrn.org.uy](mailto:wrn@wrn.org.uy)  
<http://www.wrn.org.uy>

